

União Europeia e China: É Possível a Exportação dos Valores Comunitários?

Isabel Alves Coelho

Universidade dos Açores (Mestranda)

A China é hoje uma potência emergente que começa, cada vez mais, a fazer sentir a sua influência demográfica, económica, militar, geopolítica e geoestratégica no âmbito das Relações Internacionais. A nível internacional, a economia chinesa apresenta indicadores dos mais elevados: tornou-se a quarta economia mundial e o terceiro país exportador do mundo.

O fim da Guerra Fria esvaziou a China da sua importância como contra-poder, postura que assumia nas relações com as super-potências, obrigando-a a redefinir a sua posição e objectivos na nova ordem mundial. Assim, se na região onde se insere é visível a intenção de ser a principal potência, também se pode constatar que almeja assumir um protagonismo mais amplo à escala global. A China pós-Mao envolveu-se num processo controlado de modernização económica, mantendo intocável o regime político, onde o poder e a influência do Partido Comunista e do exército são notórios. Desde 1989, que a China começou a converter os seus crescentes recursos económicos e militares em poder político e influência, encontrando-se a desenvolver uma diplomacia muito activa. O Estado chinês assume-se, desde os finais dos anos 90, como a grande potência económica e comercial, movendo-se com sabedoria e alguma frieza ao nível estratégico-económico e de projecção do seu poder tecnológico e militar.

Adepta da diplomacia comercial, a China tem procurando estabelecer fortes laços comerciais (fá-lo, por exemplo, com países em vias de desenvolvimento, garantindo assim o apoio destes às suas pretensões, como a não discussão, em sede da Assembleia Geral das Nações Unidas, das violações de Direitos Humanos em território chinês). As trocas comerciais, o investimento externo e a ajuda internacional apresentam-se como importantes instrumentos de política externa. A crescente importância da China no comércio internacional faz deste país um mercado atractivo e dá a Pequim uma vantagem negocial. Líderes e analistas chineses parecerem acreditar que a dependência do comércio chinês pode gerar grande influência política. Neste sentido, a China procura estabelecer parcerias com diversos países e organizações regionais, tais como a União Europeia (UE). A parceria é, do ponto de vista chinês, uma declaração política que assenta na importância mútua da boa vontade.

Os índices de crescimento da China não passaram despercebidos dos líderes europeus, que iniciaram, em 1994, contactos políticos bilaterais. Um dos principais focos desta relação bilateral são as trocas comerciais, as quais aumentaram, desde 1978, ano em que a China deu início às reformas internas, quarenta vezes. Em 2002, a China tornou-se o terceiro parceiro comercial da UE, ultrapassando o Japão. O comércio bilateral totalizou 115 mil milhões de euros e cresceu significativamente no primeiro trimestre de 2003 (+18%). Mas a agenda política da UE para com a China não passa apenas pelas questões económica e comercial. Passa também por ajudar aquele país a transformar-se numa sociedade mais aberta e plural.

Uma comunicação da Comissão Europeia, datada de 24 de Outubro de 2006, intitulada “*EU-China: Closer partners, growing responsibilities*”, é bem ilustrativa da importância que a União Europeia dá às relações bilaterais com aquele país. A Comissão considera que o crescimento fenomenal da China tem um profundo impacto na política e comércio globais. Por oferecer o maior mercado a nível mundial, a UE precisa de responder eficazmente ao crescimento chinês. Por isso, sublinha a Comissão, é preciso potenciar as relações, a diversos níveis, com a China. No entanto, sustenta, estas relações devem ter por base os valores europeus. É por isso, que a UE está empenhada em apoiar o processo reformista da China. Em termos práticos, isto significa, por um lado, incluir a China nas

políticas interna e externa comunitárias e, por outro lado, promover a coordenação interna à União para uma aproximação mais coerente. O acordo estratégico, estabelecido entre a China e a UE, em 2003, é disso exemplo.

A parceria com a China é de extrema importância para a UE, mas, e no entender da Comissão, quanto mais próxima for esta parceria maiores são as responsabilidades para ambas as partes. Um dos níveis em que a UE espera vir a influenciar a China é no das relações comerciais. No referido comunicado da Comissão pode ler-se o seguinte: “fechar as portas à competição chinesa não é uma solução. Mas, para construir e manter uma política de abertura face a China, esta deve abrir os seus mercados e deve assegurar condições justas de livre concorrência e competitividade. Este é um dos desafios da UE para a próxima década”.

Um segundo âmbito da actuação da UE prende-se com os direitos e liberdades. A União, refere o dito comunicado, “compromete-se a apoiar as reformas políticas e internas da China para que se torne num país que respeite os direitos fundamentais e as liberdades, proteja as minorias e garanta o primado da Lei”. A UE e a China, defende a Comissão, devem trabalhar juntas pela paz e estabilidade. De facto, o diálogo entre a UE e a China em matéria de Direitos Humanos foi formalmente iniciado em Janeiro de 1996, tendo sido, contudo, interrompido pela China na sequência da apresentação pela UE de uma resolução crítica, aquando da sessão de 1996 da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas. Em 1997, a China decidiu retomar o diálogo, que desde então tem decorrido numa base semestral aquando de cada Presidência. O diálogo entre as duas partes em matéria de direitos humanos está, contudo, aquém das expectativas, pelo que é objectivo da União reorientar este diálogo para resultados concretos.

A agenda política da UE para com a China contempla ainda outras áreas, tais como o desenvolvimento sustentável, com particular incidência para o fornecimento energético e as alterações climáticas, a cooperação na área da tecnologia, migrações e educação, e a cooperação regional e internacional, com destaque para a não proliferação nuclear.

A China, considera a Comissão, é um dos mais importantes parceiros da UE. Para dar uma resposta eficaz e positiva a essa parceria, a UE tem que melhorar a coordenação política a vários níveis e assegurar uma única voz a nível comunitário.

A questão que se coloca é a de saber se a UE tem influência suficiente para exportar os seus valores para a China, um país que quer o estatuto de potência regional e que parece dar mais importância às relações bilaterais com os EUA do que propriamente com a UE.

Bibliografia:

Wilensky, Alfredo Héctor; Januário, Rui; Costa Diogo, Luís da, *Geopolítica e Relações Internacionais*, Quid Júris?, 2005, Lisboa

Saunders, Phillip C., *China's Global Activism: Strategy, Drivers and Tools*, Institute for National Strategig Studies, National Defense University, 2006, Washington D.C.

Comunicação da Comissão Europeia para o Conselho de Ministros e Parlamento Europeu, *EU-China: Closer partners; growing responsibilities*, Outubro de 2006 (www.europa.eu).